ATERRO SANITÁRIO

Município corre o risco de receber multa de R$ 50 milhões

>> Rodrigo Soares
Redação DS


Aterro Sanitário de Tangará da Serra está desrregularizado

Com a aprovação da lei nº 12.305 que entrou em vigor desde o último sábado, 02 de agosto, determinando a extinção de todos os lixões do Brasil, o município de Tangará da Serra corre o risco de receber uma possível multa no valor de R$ 50 milhões, devido a situação do Aterro Sanitário da cidade, que não está totalmente regularizada.

De acordo com o diretor do Samae, o aterro de Tangará da Serra encontra-se em uma posição intermediária, não sendo considerado um lixão, porém carente de determinadas adequações. "A Sema virá para analisar, então tem a possibilidade de multa, mas não estamos dizendo que isso vai acontecer. Vai depender da avaliação dos técnicos que vão vir ver a realidade de nosso aterro", disse Wesley, ao destacar que a licitação para as devidas adequações no aterro do município já foi realizada no último dia 24, o que proporcionará uma licença de operação.

"Os problemas que um lixão acarreta não temos, só que o nosso aterro sanitário não tem a licença de operação que é obrigatória e necessária, então por isso estamos nesse meio termo", explicou Torres.

Em tese, se a legislação for cumprida à risca, muitas cidades podem ser punidas. Atualmente, 60% dos municípios do Brasil não contam com aterro sanitário. Além de responder por crime ambiental, com aplicação da multa milionária, as prefeituras que desobedecerem a lei correm também o risco de não receber mais verbas do governo federal. Os prefeitos, por sua vez, correm o risco de perder o mandato.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, somente 2.202 municípios, de um total de 5.570, estabeleceram medidas para garantir a destinação adequada do lixo que não pode ser reciclado ou usado em compostagem.

Adequações se iniciarão na próxima semana

Com a possibilidade de uma possível multa milionária, o Samae de Tangará da Serra há muito tempo já busca uma solução para o caso. De acordo com Wesley Torres, as adequações necessárias acontecerão já na próxima semana. "Uma empresa do Paraná ganhou a licitação. Ela deverá assinar contrato ainda nessa semana para na próxima começar operar o nosso aterro", afirmou o diretor da Sema.

Após as adequações necessárias, o município estará de acordo com as exigências, reconquistando assim a licença de operação e descartando a possibilidade da multa de R$ 50 milhões.

"O Governo Federal estabelece as regras, mas não dá as condições para os municípios, principalmente os menores", desabafou Torres.

Atualmente, Mais de 3,3 mil prefeituras ainda descartam a céu aberto, em terrenos sem qualquer tratamento para evitar a contaminação do solo. A lei sobre resíduos sólidos deu quatro anos para que os municípios substituíssem os lixões por aterros sanitários. Mesmo sabendo que 60% dos municípios não cumprem a lei, o governo não pedirá prorrogação de prazo para que o programa passe a vigorar.



